

Autor convidado

AGRICULTURA: COMPETIÇÃO E SOLIDARIEDADE

• **Fernando Henrique Cardoso**
Presidente República Federativa do Brasil

Para alguém, como eu, que se dedicou ao estudo das formas de transformação das sociedades latino-americanas, a compreensão dos problemas do campo teve sempre importância crucial.

Hoje, mesmo para um país com taxa importante de industrialização como o Brasil, o que acontece no campo é ainda decisivo, pelas repercussões, positivas ou negativas, que têm sobre a política econômica geral. Não só pelos problemas específicos que traz, como a complexa equação para fixar o trabalhador no campo -- quando os processos agrícolas demandam, de forma decrescente, mão-de-obra -- ou como o ritmo rápido das exigências tecnológicas para a produção agrícola más, também, pelas modalidades novas de inserção internacional do processo agrícola.

É a propósito deste último tema que gostaria de chamar a atenção para dois ou três aspectos, já bem conhecidos mas que ainda estão a demandar reflexão e ação.

O primeiro é o fato de que a competitividade é essencial a uma presença significativa no comércio agrícola e que a competitividade parece depender cada vez menos de fatores naturais do que de outros elementos. É claro que as variações naturais ainda são a marca específica da produção agrícola. Mas o fato é que, cada vez mais, essa produção --e conseqüentemente o comércio internacional de bens agrícolas-- assume características semelhantes, senão idênticas, a de outros bens no que se refere a modelos de incorporação tecnológica, métodos de comercialização e financiamento, etc. Transformam-se, assim, os requisitos de acesso ao mercado internacional, o que traz, inevitavelmente, desafios novos aos países em desenvolvimento.

Como conseqüência dessa situação, as vinculações entre produção, transformação e comercialização se tornam mais complexas, e as diferenças na forma de produzir em agricultura passam a ser um fator que pode acentuar desigualdades no plano internacional. Sabemos que a competitividade depende, crescentemente, do que se denominam os “fatores sistêmicos”, de elementos que vão da educação à qualidade da infra-estrutura e à regularidade dos financiamentos. No caso brasileiro, a modernização da rede portuária ou a criação de novas linhas para escoamento da produção podem ser decisivas para o barateamento do custo de produção e, portanto, do aumento da competitividade.

Um terceiro problema é o da teia institucional que regula os mercados agrícolas. Existe uma tendência --e a Rodada Uruguai é a melhor prova disto --de negociar normas que

garantam o livre comércio. Ora, no caso da agricultura, isto não ocorreu de forma plena. Negociou-se o adiamento da liberdade e quem sofre são os países em desenvolvimento. Algumas estimativas dizem que o Brasil chegou a perder US\$ 5 bilhões em exportações. Mas o esforço continua e temos buscado, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, formas de fazer com que sejam atenuadas as práticas protecionistas adotadas por alguns países desenvolvidos.

Nesse quadro, os processos de inserção internacional, cuja relevância cresce na esteira do processo de globalização, passam a ser decisivos para definir também as políticas agrícolas nacionais. A distinção entre os que podem competir e os que não podem abre espaço para a discussão de um ponto crucial, que é o de como resolver os problemas destes últimos, tendo em vista suas necessidades alimentares básicas e o objetivo maior de erradicação da fome em todo o planeta.

É aqui que entra o tema dos organismos internacionais ligados à questão agrícola, como a FAO e o IICA, este último com atuação mais específica no plano da cooperação técnica. Não há como negar que muitas das antigas estruturas perderam agilidade e eficácia no cumprimento das funções para as quais foram criadas. Torna-se, assim, imprescindível levar adiante um efetivo processo de reformas, de modo a tornar aqueles organismos mais flexíveis e mais bem adaptados ao mundo de hoje. O modelo mesmo de cooperação internacional na área agrícola precisa ser revisto, à luz das novas realidades globais, das novas demandas (competitividade, tecnologia) e da persistência de antigos desafios não-vencidos (fome, desigualdade).

Há uma questão que me parece particularmente importante para a compreensão do modo como deveriam funcionar, nas novas circunstâncias globais, os organismos internacionais voltados para a cooperação econômica e para a assistência técnica: o aparente paradoxo entre a competição cada vez mais acirrada entre os países e a vigência da solidariedade internacional.

Um dos marcos da economia contemporânea é a competição que envolve uma visão particular, exclusivista, da vida econômica. No limite, a percepção apressada de que se trataria de um jogo de soma zero. Por outro lado, diante de problemas como a fome, a persistência das desigualdades, é necessária a solidariedade, que se impõe hoje menos como um imperativo ético abstrato do que como resultado da ação de movimentos que chegam a caracterizar uma "sociedade civil internacional". Esses movimentos, no entanto, têm sido mais ativos em relação a questões bem delineadas, como direitos humanos e meio ambiente, e menos quando se trata de desigualdade ou desenvolvimento, temas que por suas próprias características pedem uma "constituency" que tenha focos múltiplos.

Como conciliar a competição e a solidariedade? Seria possível "especializar" ações de tal forma que os organismos internacionais se ocupassem exclusivamente da solidariedade, sem levar em conta as funções que podem ter na promoção da capacidade de competir? Parece ser essa uma distinção difícil de ser feita na prática. E, nessa equação, qual o espaço para a cooperação?

Na questão agrícola é fácil identificar esse paradoxo. A agricultura exige crescente capacidade de competir; em termos de produção agrícola, a noção de eficiência está cada vez mais vinculada à utilização de inovações tecnológicas e a métodos modernos

de processamento e comercialização. Por outro lado, a escassez de alimentos, a desnutrição e a fome são fenômenos capazes, como poucos, de deixar claro a premência da solidariedade internacional.

Como disse, as novas realidades da vida internacional têm significado novos desafios para os organismos internacionais, em distintos níveis. As realidades de poder com o fim da guerra fria e a demanda por uma ampliação das funções políticas das Nações Unidas leva da reforma do Conselho de Segurança. Na OEA, o sinal mais evidente dos novos tempos é o reforço das formas institucionais de promover e proteger a democracia no hemisfério. Em termos de comércio, a passagem do GATT para a OMC significa basicamente a tentativa de aperfeiçoar a estrutura normativa de formas de intercâmbio econômico crescentemente complexas.

O ciclo de grandes conferências temáticas convocadas sob a égide do sistema das Nações Unidas --a última das quais relativa à alimentação--, ao estimular a discussão ampla, aprofundada e democrática sobre valores essenciais, terá contribuído de modo decisivo para a definição de um novo paradigma de solidariedade internacional. Terá trazido consistência à idéia de uma comunidade internacional que deve ver na aceleração dos vínculos entre as nações --no fenômeno da globalização-- mais do que a mera soma das oportunidades individuais de auferir ganhos ou vantagens econômicas. Assim, qual é o papel de organismos como o IICA? Se a regra é a competição, como conciliá-la de forma útil com a necessária solidariedade que deve nortear a ação dos organismos de cooperação econômica e técnica? E qual é o espaço da real cooperação? É possível pela via da solidariedade e, mais especificamente, da cooperação, facilitar ou promover a competitividade? É possível criar regras para o comércio que signifiquem efetivas vantagens para todos? Ficam essas perguntas, que espero, estejam sendo bem encaminhadas em deliberações concretas. Em boa medida, chegar a respostas positivas para elas contribuirá para que a comunidade internacional conquiste vitórias importantes na luta comum contra a fome e a miséria.